

CASO MASTER

No rastro do dinheiro desviado do BRB

Crise no Banco de Brasília expõe fragilidades de governança e mobiliza Justiça e Polícia Federal em força-tarefa para encontrar os recursos da compra de títulos podres e reduzir prejuízos aos cofres públicos do DF

» PAULO GONTIJO
» MILA FERREIRA

A crise envolvendo o Banco de Brasília (BRB) expôs fragilidades na governança da instituição e acendeu um alerta no sistema financeiro nacional sobre a capacidade de controle e fiscalização de operações de alto risco. Investigações apontam que parte das transações realizadas nas negociações para a compra do Banco Master podem estar ligadas a um esquema mais amplo, incluindo suspeitas de desvio de recursos, lavagem de dinheiro e uso de estruturas paralelas para ocultação patrimonial.

O caso ganhou relevância diante da necessidade de socorro financeiro ao banco e do impacto na economia do Distrito Federal. O BRB exerce papel estratégico no pagamento de servidores públicos, no crédito ao setor produtivo e na sustentação de cadeias econômicas regionais. Um eventual colapso da instituição poderia gerar um efeito dominó, afetando não apenas clientes diretos, mas também a confiança no sistema financeiro do país.

Autoridades concentram esforços em uma frente delicada: rastrear o caminho do dinheiro e mitigar prejuízos aos cofres públicos. A recuperação desses valores, embora complexa, é considerada peça-chave para reduzir os danos e responsabilizar os envolvidos.

A apuração envolve uma força-tarefa que reúne órgãos de controle, inteligência financeira e investigação criminal. Participam desse processo entidades como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), o Banco Central, a Polícia Federal, o Ministério Público e a Receita Federal. O desafio é reconstruir o fluxo dos recursos e identificar eventuais responsáveis, diretos e indiretos.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** apontam que o processo exige não apenas tecnologia avançada e integração entre instituições, mas também rapidez na adoção de medidas judiciais. Isso porque, em crimes financeiros, o tempo é um fator crítico.

Erro e fraude

Antes mesmo de rastrear valores, é preciso entender a natureza do problema. Economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo destacou que nem toda irregularidade é, necessariamente, fraude. "É importante identificar o que é erro de gestão e o que é fraude intencional. Uma estratégia equivocada ou fatores externos podem gerar distorções, sem que haja crime."

Segundo ele, o mercado utiliza indicadores conhecidos como red flags (bandeiras vermelhas) para



identificar possíveis irregularidades. Entre os principais sinais de alerta estão distorções contábeis, operações fora do padrão histórico da instituição, concentração excessiva de risco em determinados ativos ou parceiros e fragilidade nos indicadores de liquidez.

"No caso do BRB, chama atenção a concentração de operações e a falta de transparência. Muitas fraudes passam primeiro por falhas de governança antes de aparecerem de forma explícita no balanço", ressaltou.

Caminho do dinheiro

O caminho do dinheiro dentro do sistema financeiro deixa rastros, especialmente em operações digitais, que são registradas e monitoradas em tempo real. É nesse contexto que o Coaf ganha protagonismo, sendo responsável por atuar como unidade de inteligência financeira no Brasil.

O órgão recebe comunicações obrigatórias de bancos, corretoras, seguradoras e outros setores sobre movimentações suspeitas ou fora do padrão. A partir desses dados, são produzidos relatórios que ajudam a identificar possíveis esquemas ilícitos.

"Os sistemas detectam fracionamento de valores, movimentações incompatíveis com a renda declarada e circularidade de recursos entre contas. Hoje, algoritmos e inteligência artificial ampliam significativamente a capacidade de rastreamento", apontou Bergo.

As investigações seguem três etapas clássicas da lavagem de dinheiro: colocação (quando o dinheiro ilícito entra no sistema financeiro), ocultação (fase em que se tenta disfarçar a origem dos recursos por meio de múltiplas transações) e integração (momento em que o valor retorna ao mercado com aparência de legalidade).

Economista e especialista em mercado financeiro, Newton Marques reforçou que grandes movimentações dificilmente passam despercebidas no longo prazo: "Os bancos são obrigados a informar operações elevadas. O Coaf registra tudo e comunica à Receita e ao Banco Central. Pode demorar, mas, na maioria dos casos é possível rastrear".

Suspeitas

Apesar de sua relevância, a organização não realiza investigações criminais diretamente. Sua função é atuar como ponto de partida das apurações, organizando e analisando dados que indicam possíveis irregularidades. Quando movimentações suspeitas são identificadas, o órgão elabora Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), que são encaminhados a instituições como a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Receita Federal.

No momento em que os indícios deixam de ser administrativos e passam a ser consistentes, entram as medidas judiciais. A investigação passa a ter caráter civil e penal", explicou Bergo.

Além da atuação interna, o sistema brasileiro conta com mecanismos de cooperação internacional para rastrear recursos enviados ao exterior, especialmente para paraísos fiscais. A prática conhecida como follow the money (siga o dinheiro) orienta grande parte dessas ações.

Na prática, isso envolve o bloqueio de bens e contas bancárias, a quebra de sigilos bancário e fiscal para mapear a rede de transações, o rastreamento em cadeia para acompanhar o fluxo entre diferentes contas e a cooperação com autoridades estrangeiras para localizar valores fora do país.

Para Newton, a prioridade é descapitalizar o esquema. Não é só prender, é recuperar o dinheiro. Ferramentas do Banco Central e mecanismos associados ao Pix também ampliaram a capacidade de rastreamento. "Sistemas mais recentes permitem acompanhar transferências em múltiplas etapas, dificultando a pulverização de recursos, uma estratégia comum em esquemas de lavagem" exemplificou.

Delação premiada

Um dos instrumentos mais eficazes nesse tipo de investigação

é a delação premiada. Melquizedech Moura, doutor em administração e professor de finanças no Ibmecc, apontou que a colaboração pode acelerar significativamente o rastreamento dos recursos e encurtar o tempo das investigações.

"A colaboração premiada é uma ferramenta vital. O delator (caso o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa opte) entrega o caminho do dinheiro, senhas de carteiras de criptomoedas e o nome de laranjas em troca de redução de pena, acelerando exponencialmente o rastreamento que levaria anos de auditoria forense", ressaltou.

Nesse tipo de acordo, o delator fornece detalhes sobre o caminho do dinheiro, identifica intermediários, como laranjas e operadores financeiros, e pode indicar contas, empresas e estruturas utilizadas para ocultar valores.

A recuperação dos ativos do BRB dependerá da integração entre a inteligência financeira do Coaf, a tecnologia de rastreamento do Banco Central e a execução implacável de medidas assecuratórias pela Polícia Federal e pelo Ministério Público", assinalou.

Desafios e limites

Apesar dos avanços tecnológicos e institucionais, rastrear e recuperar bens desviados ainda enfrenta obstáculos significativos. Newton Marques aponta falhas na fiscalização e limitações na capacidade de monitoramento em tempo real. "Às vezes, as autoridades demoram a identificar movimentações suspeitas. Há uso de laranjas, empresas e até corrupção, o que dificulta o processo".

César Bergo chama atenção para a diferença de velocidade entre criminosos e instituições: "Os órgãos atuam de forma mais lenta, enquanto o crime é digital, rápido e altamente adaptável. É preciso sistemas mais eficientes e integrados".

Além disso, fatores como remessas internacionais, fintechs sediadas fora do país e uso de criptomoedas aumentam a complexidade das investigações, exigindo cooperação global e constante atualização das ferramentas de controle.

Enquanto as investigações avançam, o BRB busca apoio federal para evitar um colapso. Especialistas apontam que a crise vai além da gestão e envolve riscos sistêmicos que podem impactar a estabilidade do mercado. A eventual recuperação dos recursos desviados pode aliviar parte do prejuízo, mas não resolve, sozinha, o problema estrutural da instituição. A reportagem procurou o BRB para se pronunciar sobre a colaboração com as investigações, mas até o fechamento desta reportagem, não houve retorno.

Lei dos terrenos está nas mãos do STF

Após a suspensão dos efeitos da Lei nº 7.485/2026 por decisão do desembargador Rômulo de Araújo Mendes, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), atendendo a um pedido do Ministério Público (MPDFT), o Governo do Distrito Federal (GDF) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 24 de abril. No mesmo dia, em decisão monocrática, o presidente do STF, Edson Fachin,

suspendeu a liminar.

Em seguida, a decisão foi enviada à Procuradoria-Geral da República (PGR) para manifestação no prazo de 72 horas. O parecer do procurador-geral, Paulo Gonet, foi contrário ao entendimento de Fachin, isto é, contra a utilização dos imóveis como garantia ao BRB, a decisão do presidente da Corte permanece válida até que seja submetida a referendo no Plenário virtual do STF,

em julgamento previsto para ocorrer entre 8 e 15 de maio.

A lei autoriza o uso de sete imóveis públicos do DF como garantia para possíveis empréstimos tomados pelo Banco de Brasília (BRB) com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC). A princípio, eram nove imóveis, mas a governadora Celina Leão voltou atrás e enviou à Câmara Legislativa (CLDF) um projeto pedindo a retirada da Serrinha do Paranoá

e de um terreno no SIA onde funciona a Farmácia Central. A lei foi aprovada na última quarta-feira.

A governadora Celina Leão (PP) afirmou, ontem, estar "tranquila" em relação ao julgamento que definirá a validade da capitalização do Banco de Brasília (BRB). Sobre o parecer de Gonet, ela disse que não causou surpresa. "A ação inicial era do Ministério Público. Seria até incoerente se o próprio Ministério

Público não desse um parecer contrário. Então, estamos aguardando com muita tranquilidade", afirmou.

De acordo com a especialista em direito penal, advogada constitucionalista e criminalista, Izabela Jamar, a decisão final a ser proferida pelo STF deve encerrar a insegurança jurídica em torno da lei. "O fato de a lei ter sido suspensa e restabelecida em diferentes momentos no âmbito do TJDFT gera um cenário de

instabilidade jurídica. Mas, quando o STF analisa a questão, especialmente se o julgamento for pelo plenário, a tendência é de que se produza uma decisão definitiva sob o ponto de vista constitucional", explicou. Portanto, o julgamento tende a pacificar o tema e dar maior previsibilidade, embora ainda possam existir discussões pontuais dependendo do formato da decisão", acrescentou.